Bom dia Exma. Presidenta da República, Dilma Rouseff, em nome de quem saúdo todas as autoridades aqui presentes.

Colegas advogados e advogadas, todas as pessoas aqui presentes.

Saudações aos que têm coragem de erguer sua voz contra o autoritarismo.

Eu represento aqui duas organizações, a Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares (RENAP) e a Articulação Justiça e Direitos Humanos (JusDh), organizações de caráter nacional que congregam advogados, advogadas, professores, juristas e movimentos sociais que atuam junto ao sistema de justiça.

A RENAP, prestando assessoria jurídica aos povos indígenas, quilombolas, sem terra, sem teto, trabalhadores e trabalhadoras e a JusDh, articulando organizações de assessoria jurídica e movimentos sociais que lidam com ações judiciais em diversos temas de direitos humanos, com uma agenda muito clara que reivindica a ampliação do acesso a justiça e a democratização do sistema de justiça, como caminho necessário para assegurar o respeito aos direitos e às garantias constitucionais, como um caminho necessário para consolidar a democracia.

Como advogados e advogadas populares, conhecemos a truculência da polícia que invade domicílios, que todos os dias conduz coercitiva e ilegalmente, conhecemos a truculência da política que desaparece.

Sabemos o que é ser alvo de interceptações telefônicas ilícitas e depois ver trechos de conversas particulares divulgadas por agentes públicos na grande mídia. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra já teve a comunicação de seus membros interceptada ilegalmente e isso foi objeto de uma denúncia da Renapna Comissão Interamericana de Direitos Humanos e resultou em uma condenação do Estado brasileiro pela Corte.

Conhecemos o afã persecutório do Ministério Público que, muitas vezes, acusa e julga.

Assistimos a violação sistemática dos direitos do nosso povo por um sistema de justiça elitista e conservador e fazemos um contraponto cotidiano e vigilante a essas violações.

Sentimos o peso de um sistema de justiça que afirma direitos, mas que também é autoritário, que mantém práticas persecutórias, abusivas, e que,

aliado à mídia, julga e condena, sem direito a devido processo, sem direito de defesa.

Um coletivo de jovens aqui de Brasil fez uma nota explicando suas razões para participar do ato do dia 18 e foi muito feliz ao afirmar que “A arbitrariedade do sistema policial e jurídico tão conhecida pelos mais pobres perdeu a vergonha e, [fomentada e aplaudida]¹pelos meios de comunicação, deu início a uma tentativa de golpe já sem nenhum verniz de institucionalidade”.

Nosso trabalho diário, ao lado das organizações, é de luta pelo respeito às garantias constitucionais e aos direitos humanos.

Agradecemos o espaço conferido a todas as entidades representadas e à advocacia popular neste ato e estamos aqui hoje para trazer a nossa solidariedade à Presidente Dilma e ao ex-Presidente Lula, solidariedade de quem, há anos, luta por um sistema de justiça que respeite o cidadão, que não o engula, que não o oprima, que não o massacre.

Vimos aqui também trazer a nossa voz para dizer que nós repudiamos qualquer medida que viole as garantias constitucionais, repudiamos qualquer medida que atente contra a democracia e o estado de direito.

Uma investigação policial e um processo judicial que não respeite os direitos da Presidenta da República respeitará os direitos de quem? Do povo do Cabula? Da Izidora? Da Rocinha? Do povo do campo?

O antagonismo entre corrupção e direitos fundamentais que se apresenta nos discursos, nos atos judiciais e na mídia é falacioso e hipócrita.

O combate à corrupção deve ser constante, pois é imprescindível para a máxima efetividade dos direitos sociais, por isso lutamos. Porém o custo de se suprimir garantias e direitos fundamentais sob o manto do combate à corrupção significa enfraquecer o Estado de Direito.

Não há combate à corrupção sem devido processo.

Não há combate à corrupção sem direito de defesa.

Não há combate à corrupção sem presunção de inocência, sem respeito às prerrogativas dos advogados.

Combate à corrupção se faz dentro dos marcos legais. O resto é golpe.

¹ No original: “celebrada pelos meios de comunicação”. Nota do Coletivo Barulho.

Combate à corrupção se faz com a democratização das instituições, com a democratização do sistema de justiça, com a democratização da mídia.

Conhecemos o autoritarismo do Estado.

Conhecemos o discurso do combate à corrupção a qualquer custo, suprimindo direitos. Nós sabemos como ele foi usado na Ditadura Civil Militar e como mudou o curso de muitas vidas, com violência. Conhecemos o legado autoritário que ele deixou nas entranhas do Estado brasileiro. Como advogadas, defendemos as pessoas que sentem na carne, todos os dias, as marcas desse autoritarismo.

Não estamos esquecidos. E nós queremos lembrar às instituições que, nesse passado não tão distante, caíram nessa armadilha, nesse canto da sereia de que é possível combater a corrupção passando por cima dos direitos, queremos lembrar a essas instituições que este é um caminho perigoso e que há sobre a mesa a chance de não repetir os mesmos erros do passado.

Também sabemos, a história ensinou, que o abuso pode vir travestido com o discurso da legalidade. Nós conhecemos essa legalidade, a legalidade autoritária, a marca da Ditadura instaurada no Brasil. É o argumento da lei não para assegurar direitos, mas para violá-los. E estamos vigilantes.

Nós, advogados e advogadas populares, não abrimos mão de nossas prerrogativas e não abriremos brechas para o autoritarismo, para o fortalecimento do Estado policial, para a Ditadura das togas ou da mídia.

As instâncias e poderes precisam ser respeitados e preservados. As instituições, os seus membros, além de se ater as suas funções democráticas, precisam não ceder a pressões políticas e corporativistas.

Nós advogadas e advogados populares cumprimos a missão que a nossa Constituição reservou à advocacia.

Presidenta Dilma, se voltássemos no tempo, há 40 anos, as centenas de advogados populares que eu represento aqui hoje estaríamos correndo atrás de informações sobre o seu processo, sobre a sua prisão e estaríamos trabalhando para libertá-la.

A advocacia popular está onde sempre esteve: ao lado dos movimentos sociais e da democracia.

“Nenhum receio de desagradar a magistrado ou qualquer autoridade, nem de incorrer em impopularidade, deve deter a advogada no exercício de sua profissão”². É o que diz o nosso Estatuto, é o que praticamos todos os dias.

A Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares e a Articulação Justiça e Direitos Humanos vem, portanto, repudiar as graves violações que vem sendo cometidas pelos atores do sistema de justiça, pela Polícia, pelo Ministério Público, pelo Poder Judiciário, os abusos que vem sendo cometidos pela mídia.

Defendemos o respeito ao mandato constitucional e repudiamos toda e qualquer estratégia que visem ao afastamento ilegal de governo eleito democraticamente pelo voto popular.

A conquista de democracia custou ao povo brasileiro e custa muito a todos aqueles que diariamente lutam para fazer valer os seus direitos.

#nãovaitergolpe.

Camila Gomes de Lima

²Art. 31, § 2º, do Estatuto da Advocacia – Lei 8.906/94.